

# Conservação em Bibliotecas: Os Limites da Higienização de Obras Raras.

Fabiana Moreira de Almeida<sup>1</sup>  
Lucas Valdez da Paz Ramos<sup>2</sup>

---

## **<sup>1</sup>Fabiana Moreira de Almeida**

*Bacharela em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Graduada em Marketing pela Universidade Estácio de Sá e com pós-graduação em Design  
Gráfico pelo Instituto Europeu de Design.*

**Contato:** [famoreira.co@gmail.com](mailto:famoreira.co@gmail.com)

---

## **<sup>2</sup>Lucas Valdez da Paz Ramos**

*Bacharel em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Possui Formação Técnica na área de Edificações pela Universidade Estácio de Sá.*

**Contato:** [lucas.vpr.94@gmail.com](mailto:lucas.vpr.94@gmail.com)

**Resumo:** Desde as primeiras décadas do século XX, o Brasil já enfrentava a problemática da conservação de obras em papel dentro das instituições públicas. A ação dos agentes de deterioração pode oferecer grandes riscos para a integridade física e informacional desses documentos, bem como a falta de uma política de preservação eficiente. Deste modo, a necessidade de uma ação direta, realizada de forma sistemática e por profissionais capacitados, torna-se vital para a preservação de obras raras existentes nas bibliotecas do país. Nessa perspectiva, este artigo busca refletir sobre como essas obras deveriam ser tratadas, dentro do âmbito da conservação-restauração, considerando a sua relevância para a sociedade. Ademais, ressalta-se a importância dos projetos de preservação, na busca pela permanência e manutenção desses acervos e o seu acesso seguro pelo público interessado.

**Palavras-chave:** Preservação; Conservação; Bibliotecas; Obras Raras; Memória.

Quando nos referimos aos livros, vemos que esses aglomerados de papel, prensado entre duas capas, carregam um grande valor cultural. Em se tratando dos livros raros, a valoração é ainda maior, uma vez que essas obras abrigam informações históricas e culturais que não podem se perder ao longo do tempo. São livros com assinaturas de pessoas célebres, marcas e datas de sua produção, primeiras edições, edições limitadas, publicações especializadas, entre outros fatores que caracterizam tal adjetivação. Essas obras precisam não somente estarem disponíveis, como também estarem seguras para cumprirem seu papel na sociedade, mantendo, assim, a memória cultural íntegra e acessível.

A conservação de acervos em papel, principalmente durante o século XX, se viu abalada diante do descaso do Estado. Atualmente, pouca coisa mudou. A escassez de investimentos para suprir as necessidades das bibliotecas do país permanece. Contudo, ainda podemos contar com alguns editais de fomento e licitações que surgem nesse cenário, trazendo um pouco de esperança para a preservação desses livros.

O objetivo deste artigo é salientar a importância desses acervos raros, bem como demonstrar como esses documentos devem ser corretamente tratados. Nesse ponto, o campo da Conservação-Restauração possui metodologias consideráveis para reverter a situação das obras raras dentro das bibliotecas do país. Metodologias estas que, se implantadas corretamente, garantem a preservação do acervo de forma eficaz.

O conceito de obras raras pode estar atrelado a uma determinada ideia de valor ou de preciosidade. Segundo o *Dicionário Online de Português*, o termo “raro” nos dá a definição de algo que não é comum; que não se vê com frequência; algo extraordinário e escasso (DICIO, 2022). Esse aspecto único de um objeto, somado ao ambiente em que se encontra e/ou à sua relação com pessoas relevantes na história, pode torná-lo passível do ato de salvaguarda<sup>3</sup>, mediante critérios estabelecidos pelas instituições de memória.

Márcia Carvalho Rodrigues, em uma de suas publicações, faz menção à obra *Que é livro raro?*, de Ana Virgínia Pinheiro, demonstrando os principais aspectos a serem considerados pelos curadores de acervos raros. Dentre eles: **o limite histórico**, que observa os períodos de caracterização da produção dos impressos, assim como a fase inicial da imprensa; **os aspectos bibliológicos**<sup>4</sup>, tais como as ilustrações produzidas artesanalmente e os materiais empregados na sua confecção; **o valor cultural**, a exemplo das publicações em pequenas tiragens, personalizadas, censuradas e primeiras edições; **a pesquisa bibliográfica**, referente às publicações especializadas, como dicionários e enciclopédias; e **as características do exemplar**, que podem apresentar certas particularidades como autógrafos, dedicatórias e marcas de propriedade (RODRIGUES, 2006, p. 116).

Nesse prisma, pode-se perceber que a seleção de obras raras dentro das bibliotecas está vinculada não somente à pesquisa, mas também ao acesso desse conteúdo pelo público. Diversas bibliotecas utilizam-se dos critérios internacionais para a organização dos seus acervos, de modo a manter uma padronização do sistema como um todo. Contudo, cada instituição pode adotar as suas próprias diretrizes, considerando a relevância dos conteúdos existentes nos livros para o espaço institucional, o público interessado e a sociedade num contexto geral.

<sup>3</sup> De acordo com as definições dadas pelo *Dicionário Online de Português*, a ação de salvaguardar está relacionada à tomada de providências para proteger, assegurar e evitar que algo de mal aconteça a alguém ou a alguma coisa (DICIO, 2022).

<sup>4</sup> O termo “bibliológico” é uma flexão da palavra “bibliologia” que, por sua vez, está relacionada à ciência da história e da composição material dos livros, em todos os seus aspectos, tais como sua origem, evolução, produção, publicação, descrição, enumeração, conservação-restauração e organização (EDUCALINGO, 2022).

De acordo com o Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (SBU), que utiliza dos mesmos critérios adotados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o conceito de obras raras pode englobar os seguintes itens:

- Incunábulos;
- Materiais impressos até 1720;
- Materiais impressos na América Latina até 1835;
- Materiais impressos no Brasil até 1841;
- Originais;
- Obras esgotadas;
- Primeiras edições de autores literários renomados;
- Edições especiais, reduzidas, clandestinas, distribuídas pelo autor, de luxo, privativas;
- Exemplares especiais, com marcas de propriedade, anotações manuscritas e/ou dedicatórias de pessoas célebres (SBU, 2002, p. 3).

Além desta listagem, baseada nos critérios internacionais, o SBU também inclui em seu acervo de obras raras:

- Porta-fólios com lâminas soltas;
- Miniaturas;
- Folhetos e panfletos até 1920;
- Materiais impressos na América Latina de 1836 até 100 anos antes do ano corrente;
- Materiais impressos de movimentos literários ou políticos;
- Materiais impressos no Brasil, de 1841 até 100 anos antes do ano corrente;
- Obras e edições citadas em determinados repertórios;
- Publicações de história local (SBU, 2002, p. 4).

É importante ressaltar que, uma biblioteca de obras raras também pode possuir acervos baseados em uma temática específica ou mais restritiva. A Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, é composta por exemplares raros, primeiras edições e obras autografadas, situados dentro de algumas coleções, como a Camoniana; Shakespeariana; Eciãna; Adir Guimarães (Academia Brasileira de Letras); a do professor Celso Cunha, uma das coleções mais raras e especializadas do país na área de Filologia, Linguística e Literatura; e a do professor Afrânio Coutinho, especializada em Literatura e Crítica Literária (UFRJ, 2022).

Outro exemplo que podemos trazer à luz, com base em acervos que possuem uma grande variedade de assuntos, é o da Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II — Campus Centro, no Rio de Janeiro. Nela, encontram-se mais de 20.000 volumes, entre livros e periódicos do século XVI até o início do século XX, além de coleções especiais doadas dos acervos pessoais de ex-professores e alunos do instituto, sendo essas obras de assuntos gerais, dentro dos diversos ramos do conhecimento (CPIL, 2022).

Tendo em vista o explicitado, pretende-se pontuar o tipo de material que constitui esses acervos e a sua importância para a instituição e para a sociedade. As bibliotecas, por muitos anos, foram locais não só de divulgação de conhecimento, mas também de construção e de perpetuação da memória social de diversos povos, de diferentes regiões e épocas. Deixar todo esse conteúdo se perder no tempo, longe de onde ele deveria ser amplamente compartilhado, pode-se considerar um ato de regressão.

Os acervos de obras raras possuem um propósito que perpassa os anos. Como literaturas de base, esses livros são fontes inesgotáveis de produção de conhecimento, principalmente para as futuras gerações. Por este motivo, devem ser tratados com respeito e a sua preservação seriamente considerada pela instituição, através de um plano de gerenciamento eficaz.

## GERENCIAR É PRECISO: PROCEDIMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DOS ACERVOS

Muito mais importante do que a existência das obras raras nas bibliotecas é a sua manutenção. Este é o fator que possibilitará o acesso à informação por muito mais tempo, mantendo assim a sua função dentro da sociedade. Salvador Muñoz Viñas, em uma de suas

publicações, já mencionava que:

*Em definitivo, o que caracteriza tanto a conservação como a restauração não são suas técnicas ou instrumentos e sim a intenção com que se fazem certas ações. Não depende do que se faz e sim para quem se faz (VIÑAS, 2003, p. 20, tradução nossa).*

Isto é, quando se dispõem a proteger os acervos de obras raras, as bibliotecas devem estar dispostas a possuir um plano de gerenciamento que vá além de apenas catalogar livros. É sobre saber quais as temáticas contidas em cada livro ou coleção; se existem autores ilustres que merecem devida atenção; qual o tipo de organização está sendo empregada; como dar acesso aos conteúdos ali presentes; e por fim, qual o estado de conservação desses livros.

De acordo com relatórios dos diretores da Biblioteca Nacional, entre os séculos XIX e XX, já havia uma certa dificuldade quanto à preservação do seu acervo, principalmente por conta de instalações inadequadas, da falta de pessoal capacitado e de infestações de insetos bibliófagos<sup>5</sup> (ALMEIDA, 2021, p. 244). Isso só nos mostra que, independentemente das bibliotecas e dos acervos nelas contidas, os riscos de deterioração permanecem. Vale lembrar que o risco pode ser definido como a hipótese de algo acontecer, causando certo impacto sobre os objetivos da instituição (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2010, p. 25) e sem um gerenciamento adequado torna-se ainda mais difícil a identificação e o controle dos chamados agentes de deterioração. Dentre eles estão as forças físicas e químicas, ações provocadas pelo homem e/ou por insetos e parasitas, temperatura e umidade relativa inadequada, entre outros.

<sup>5</sup> Os insetos bibliófagos são aqueles que atacam os livros, sejam como consumidores ou como habitantes do suporte em papel, bem como dos materiais aplicados a ele (FELIX; WERNECK, 2018, p. 4). As brocas de madeira, traças-de-papel e cupins são alguns exemplos desses insetos.

Dentro desse contexto, nos chama a atenção que, apesar da existência de normas para catalogação e organização de acervos, muitas bibliotecas possuem uma metodologia de acomodação própria, o que nem sempre será a melhor forma de gerir esses documentos. Isto é, ao passo que existem bibliotecas com reserva técnica, onde se há o mínimo de controle de temperatura, umidade, incidência de luz e acesso restrito aos exemplares, também há aquelas que não possuem meios de controle ambiental e de infraestrutura para a conservação do acervo.

Vale lembrar que, no campo da conservação-restauração, devemos prezar não somente pela integridade dos acervos, mas também pela segurança das pessoas que trabalham e usufruem deles. No caso desses acervos estarem em condições precárias de armazenamento, os riscos de deterioração podem ser potencializados e, conseqüentemente, o seu acesso será dificultado. Por isso, a introdução de um plano de gerenciamento de riscos torna-se necessária para a salvaguarda desses documentos.

Para isso, algumas considerações devem ser observadas. Primeiramente, a segurança do acervo. De acordo com a publicação *Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus*, a documentação do acervo é um dos primeiros tópicos a serem considerados, pois é ela que irá “efetuar a identificação, o registro e a marcação dos itens que compõem o mesmo, bem como a sua localização na instituição” (MAST, 2006, p. 48). Desta maneira, serão estabelecidas diretrizes para que se haja um controle eficiente do acervo, facilitando a sua visualização e evitando o manuseio desnecessário.

Além desse mapeamento, o diagnóstico de conservação deve ser utilizado, com o intuito de se coletar todo o tipo de informação necessária para a segurança do objeto ou coleção, de forma individual e coletiva. Após a sua realização será possível identificar os perigos em potencial, priorizar determinados objetos para o início das ações de conservação e identificar e determinar as etapas das atividades a serem empregadas, visando à manutenção do acervo nas melhores condições possíveis (GUIMARÃES, 2007, p. 48).



Outro ponto importante a ser destacado é o planejamento de periodicidade das vistorias dentro da área técnica, com o objetivo de:

- a) controlar o acervo;
- b) detectar ataques biológicos (ao acervo, ao mobiliário, à estrutura física do prédio);
- c) avaliar o controle climático (considerando os equipamentos e os dados coletados);
- d) detectar infiltrações e vulnerabilidades do local;
- e) verificar formas de controle de incidência de luz solar;
- f) verificar a manutenção do sistema de ventilação e de condicionamento de ar;
- g) avaliar as condições físicas do acondicionamento do acervo;
- h) vistoriar a limpeza e a desinfestação ambiental (MAST, 2006, p. 49-50).

Com essas etapas muito bem definidas, já será possível eliminar, em larga escala, os riscos em potencial que sondam os acervos de obras raras. Entretanto, as etapas de desinfestação, higienização e acondicionamento precisam seguir metodologias que estejam de acordo com as normas da conservação-restauração, tendo-se em vista o tipo de acervo em questão e os cuidados necessários para a sua preservação e manutenção.

## CONSERVAÇÃO EM FOCO: METODOLOGIAS APROPRIADAS DE SALVAGUARDA

Partindo-se do pressuposto de que o acervo tenha passado pelas etapas anteriormente descritas, a etapa seguinte seria a desinfestação do acervo. Geralmente, as obras raras são alvos constantes de ataques de insetos bibliófagos, devido ao longo tempo de armazenamento e das suas características materiais. Para esse fim, deve-se utilizar, preferencialmente, a desinfestação por anoxia<sup>6</sup>, permitindo que o acervo passe então para o processo de higienização.

<sup>6</sup> O método de desinfestação por anoxia consiste na modificação artificial da atmosfera de um determinado espaço, mediante a retirada de oxigênio e a introdução de um gás inerte, como por exemplo o nitrogênio. Com isto, os insetos são desidratados e asfixiados, eliminando assim qualquer ação desses agentes nos acervos (YAMASHITA; WATANABE; PALETTA; SILVA, 2013, p. 157).

Posterior a ela, a conservação curativa<sup>7</sup> ou mesmo a restauração poderá vir para auxílio na manutenção desses acervos, a fim de se deter os danos presentes e reforçar suas estruturas (se necessário). Vale ressaltar que, quando não bem executada, a etapa da higienização torna-se a mais danosa para o acervo, ainda mais sem um conhecimento prévio do que se está tratando.

<sup>7</sup> Compreende-se como conservação curativa todas as ações que incidem diretamente sobre um bem cultural, com o objetivo de deter os processos de deterioração ativos ou para reforçar suas estruturas. A desacidificação do papel é um exemplo de uma dessas ações (ARP, 2007, p. 56).

A preservação da dicotomia entre os aspectos históricos e estéticos, inerentes a esse objeto, devem ser o foco principal quando partimos para a higienização, levando-se em conta fatores como a sua fragilidade, o grau de deterioração, a materialidade, entre outros. Essa intervenção, no seu recíproco condicionamento, determinará o momento em que se deverá interrompê-la, de modo a serem evitados quer uma ofensa estética, quer um falso histórico (BRANDI, 2000, p. 3). Por isso, nós, profissionais da conservação-restauração, em uma força multidisciplinar com outras expertises pertinentes, criamos diretrizes e metodologias de acordo com o acervo a ser tratado, oferecendo, assim, um serviço especializado e altamente qualificado.

Essa força tarefa é implementada justamente para que se possa evitar os 10 agentes de deterioração, mesmo na fase da higienização. As forças físicas, por exemplo, “*podem danificar o patrimônio cultural através de choque, vibração, tensão, compressão e fricção, causando colapso, quebra, perfurações, deformação, rasgos, abrasão, etc.*” (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2010, p. 25), principalmente em acervos já fragilizados por outros agentes. Por consequência, tal fragilidade pode ocasionar em outro risco ao acervo: a dissociação, onde se há perda de partes do objeto, como lombadas, capas e até etiquetas de identificação, expondo, mais uma vez, os livros raros a uma intempérie desnecessária e passível de ser evitada.

Levando esses aspectos em consideração, pode-se dizer que o manuseio desses livros deve ser um fator a ser tratado com cautela. Norma Cassares, em uma de suas publicações, já nos alertava para essa questão, dizendo que:

*O suporte-papel tem uma resistência determinada pelo seu estado de conservação. [...] Há documentos que, por mais que necessitem de limpeza, não podem ser manipulados durante um procedimento de higienização, porque o tratamento seria muito mais nocivo à sua integridade, que é o item mais importante a preservar, do que a eliminação da sujidade (CASSARES, 2000, p. 22).*

Entretanto, é importante ressaltar que há uma demanda dentro dessa atividade, com base no quantitativo de livros a serem tratados em um determinado período. Essa equação deverá ser pré-estabelecida no momento de criação do cronograma, que toma como referência os dados coletados durante o diagnóstico do acervo. Portanto, cada caso deverá ser avaliado com zelo pelos profissionais da conservação, para que se possa manter a integridade desses documentos, sem que isto interfira na continuidade das atividades de higienização.

Em relação às ferramentas utilizadas, trinchas de cerdas macias e de diversos formatos, assim como flanelas não-abrasivas e aspiradores de pó (preferencialmente com filtros HEPA<sup>8</sup>), são itens básicos para a remoção superficial de sujidades presentes nos livros. Contudo, existem certos limites que devem ser obedecidos, tendo em vista a fragilidade desses documentos, como já mencionado anteriormente. Além disso, ter conhecimento mínimo sobre os materiais presentes nos livros e como eles reagem após a sua degradação é o que irá diferenciar se o que está sendo removido é a sujidade em si ou se é parte desses suportes se desintegrando.

Outro ponto que precisamos nos atentar é em relação às formas de armazenamento, manuseio e transporte desses livros, durante todo o período da higienização. Para isto, há de serem implantadas ou adaptadas normas de armazenamento e manuseio, as quais devem ser seguidas por todas as pessoas que tenham ou venham a ter contato com o acervo. Evitar a superlotação de estantes e invólucros; manter o posicionamento correto dos livros; estabilizar os locais de alocação, através de fixação reforçada e limitação de peso; e utilizar embalagens e meios de contenção (amarrações e embrulhos) são algumas medidas a serem empregadas dentro de um regulamento pré-estabelecido e amplamente compartilhado, por meio de publicações com esta temática.

<sup>8</sup> Os aspiradores de pó com filtro HEPA são os mais indicados para a higienização de bens culturais por possuírem um acessório que consegue reter 99,9% dos ácaros, fungos e bactérias. Com esses microrganismos retidos nesse filtro, o ar que é expelido de volta ao ambiente é praticamente puro, reduzindo assim a incidência de alergias e doenças respiratórias (TECHTUDO, 2022).

O ambiente em que esses livros estarão acondicionados também deve ser avaliado e, se necessário, passar por intervenção antes da realocação do acervo. Isto é, de nada valerá se, nas áreas de salvaguarda, ainda existirem princípios de infestação de pragas sobre os acervos; a exposição dos mesmos a níveis inadequados de luz, radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura e umidade relativa; vazamentos e infiltrações. Por isto, todas as ações emergenciais de resposta a esses fatores, incluindo a abordagem e instrução de funcionários e usuários quanto ao manuseio correto dos livros, a revisão e o ajuste de procedimentos de limpeza, transporte e acesso (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2010, p. 41), devem estar devidamente alinhadas dentro da instituição.

Posterior a essas medidas, o monitoramento deverá ser empregado, tentando evitar novos riscos em potencial. Desta maneira, será possível detectá-los, evitando assim danos que, posteriormente, poderão precisar de intervenção. Além disso, a inspeção sistemática da estrutura e da infraestrutura da biblioteca e/ou reserva técnica será requerida, para se manter a padronização de luz, temperatura, umidade e segurança física desse acervo. De acordo com Spinelli e Pedersoli Jr.:

*Isso permitirá a verificação da eficiência e a atualização contínua das medidas de tratamento propostas. Conforme a necessidade, os riscos acima descritos poderão ser posteriormente desagregados em riscos mais específicos (SPINELLI; PEDERSOLI, JR., 2010, p. 38).*

Como poderiam ser feitos todos esses procedimentos e planejamentos, independentemente do quantitativo de acervo e de sua raridade, na atual conjuntura financeira em que se encontram esses espaços? Aqui falando principalmente das bibliotecas públicas, ou mesmo as com incentivo privado, uma vez que tais processos acarretam demandas extras no orçamento, novas contratações e, dependendo do caso, até nas interdições totais das atividades. Para isto, a introdução de políticas de preservação e a abertura de editais de fomento são ações necessárias para o seu desenvolvimento dentro dessas instituições.

## A IMPORTÂNCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS RAROS

Para que seja possível introduzir, planejar e aplicar um programa ou projeto de conservação em bibliotecas detentoras de obras raras, principalmente aquelas vinculadas aos órgãos públicos, torna-se necessário o desenvolvimento de uma boa política de preservação. Sabemos que, na nossa realidade, a escassez de recursos financeiros e de pessoal especializado vem enfraquecendo, constantemente, a realização desses projetos dentro das bibliotecas do país. Como consequência, milhares de acervos se veem abandonados e sua existência é entregue ao tempo.

O conceito de política pública, como *“um conjunto articulado e fundamental de decisões, programas, metas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado”* (FALCÃO apud ZÚÑIGA, 2005, p. 233), nos mostra que essa ideologia só poderá ser concretizada com a vontade mútua de ambas as partes. Isto é, o Estado, como órgão que zela pela preservação da história e da memória do país, deve estar mais presente para essas iniciativas. Por outro lado, as bibliotecas devem lutar pelos direitos que lhe são concedidos. Sem esse tipo de comprometimento, nunca haverá meios para a preservação desses ou de qualquer outro acervo existente no país.

A concessão de recursos financeiros é um dos dilemas que mais assolam a existência e a permanência dos programas e projetos de preservação no país. Desde o encerramento da Fundação Vitae<sup>9</sup>, em 2006, muitas instituições recorreram aos incentivos da Lei Rouanet<sup>10</sup> e, posteriormente, das agências financiadoras, como a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, a Vale e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os editais de fomento e chamamentos públicos são, atualmente, um dos meios mais viáveis de se conseguir algum tipo de investimento. Entretanto, sem uma ampla divulgação (e em grande quantidade) desses editais, torna-se inviável a preservação de qualquer acervo de obras raras existente em nossas bibliotecas.

<sup>9</sup> A Fundação Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social foi uma associação civil sem fins lucrativos, que apoiava projetos nas áreas de Cultura, Educação e Promoção Social. Além de conceder subsídios para o aperfeiçoamento e a manutenção de instituições culturais públicas, a Vitae ainda buscou introduzir métodos para a elaboração e o desenvolvimento de projetos de continuidade, com parâmetros claramente definidos de eficácia técnica, cultural e social (FÓRUM PERMANENTE, 2021).

<sup>10</sup> A Lei de Incentivo à Cultura é uma das ferramentas de fomento à cultura do país. Através do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), ela busca captar e canalizar recursos para os mais variados setores da cultura, de modo a contribuir para o acesso às fontes de cultura; a promoção e o estímulo de produções culturais e artísticas do país, bem como a difusão dos bens culturais de valor universal; e a proteção e salvaguarda de expressões e manifestações culturais da sociedade brasileira (BRASIL, 1991).

Além da problemática obtenção de recursos financeiros, devemos nos atentar também à atuação de certas empresas especializadas em conservação de acervos. Na teoria, elas possuem o maquinário, os recursos necessários e pessoal com expertise para que todas as normas e metodologias sejam respeitadas. Contudo, nem sempre é o que acontece. Isto é, devido à sua importância, espera-se que a atuação dessas empresas ajude na manutenção dos acervos e sua funcionalidade restabelecida. Mas, o que se tem como resultado pode colocar ainda mais em risco o objeto a ser tratado.

A falta de pessoal capacitado, desde sempre, foi um problema que acarretou a má conservação de muitos acervos. Atualmente, no Brasil, a profissão de conservador-restaurador ainda não foi regulamentada pelo Governo Federal e isto implica, diretamente, na desvalorização desses profissionais no mercado de trabalho. Em uma passagem do texto de Solange Zúñiga, é dito que:

*No seu início, a conservação preventiva havia contado com grande descrença por parte dos profissionais da área. Uma das possíveis causas para tal foi a crença equivocada de que poderia ser exercida por qualquer profissional sem treinamento específico, o que deveu-se, em parte, à identificação desta atividade com aquelas desempenhadas rotineiramente em uma instituição (ZÚÑIGA, 2005, p. 242-243).*

Apesar da existência de áreas afins à preservação, como a Museologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Arquitetura, deve-se entender que a Conservação-Restauração precisa do seu espaço de atuação e, no contexto em questão, dentro dos projetos de preservação de acervos bibliográficos. São os conhecimentos básicos de um profissional da conservação que poderão colocar em xeque o destino dos acervos a serem tratados. Preocupação esta que podemos ver nesse trecho da publicação *Tópicos em Conservação Preventiva*:

*Ao perceber a imensa dificuldade que é a prática de um respeito rigoroso à integridade do objeto – tanto na sua preservação material quanto em relação ao seu significado –, compreendemos a necessidade de ações conscientes, realizadas por profissionais qualificados, que devem reciclar seus conhecimentos continuamente (FRONER; SOUZA, 2008, p. 4).*

Profissionais qualificados entendem de práticas qualificadas, tanto no tratamento dos objetos, quanto no seu comportamento e parâmetros dentro desse ambiente de trabalho, como o uso dos equipamentos de proteção individuais (EPIs) e das ferramentas utilizadas para a higienização dos livros. Vale lembrar que, muitos desses acervos, mesmo após a etapa da desinfestação, podem trazer danos graves à saúde e, por isso, não devem ser negligenciados dentro do ambiente de trabalho. Apesar de não se dispor de muitos recursos para a execução do projeto, as equipes não devem fazer o reuso dos EPIs e, simultaneamente, tanto as ferramentas e os maquinários quanto a área de trabalho precisam ser esterilizadas antes e após as atividades. Com esses pequenos cuidados, eliminamos, ao máximo, a possibilidade de contaminação e, conseqüentemente, o desfalque da equipe ou mais gastos desnecessários.

A terminologia definida pelos membros do *International Council of Museums – Committee for Conservation (ICOM-CC)*, de 2008, em Nova Delhi, traduzidos pela própria *Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR)* nos diz que: “Nosso objetivo é transmitir o patrimônio cultural tangível as futuras gerações, assegurando seu uso atual e respeitando significado social e espiritual” (ABRACOR, 2008, p. 01), permitindo que pensemos, com mais clareza, no papel social do conservador-restaurador dentro das instituições de memória. Desta maneira, conseguiremos preservar e, ao mesmo tempo, tornar acessível, dentro de condições satisfatórias, a história e o conhecimento contido nessas obras pelo maior tempo e público possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as obras raras possuem valor imensurável para a sociedade. Cabe a nós, não somente como conservadores-restauradores, mas também como cidadãos, zelar pela manutenção de parte dessas memórias produzidas pelas gerações passadas. Apesar de vivermos numa era digital, a sua preservação física é o que constitui esses livros como testemunho dessas épocas. Por consequência, tais publicações acabam ganhando o status de referências primárias, para que assim possamos, cada vez mais, ter produções significativas sobre os mais variados assuntos.

A preservação de acervos bibliográficos no Brasil sempre esteve apoiada em grandes dificuldades. A ausência das políticas públicas de preservação, de financiamentos e, conseqüentemente, de programas e projetos dentro das instituições são problemas que, se não tiverem uma solução rápida, até mesmo imediata, vão gerar um ciclo em massa de deterioração dos acervos existentes no país, incluindo os livros raros.

Logo, é preciso que haja uma ampla divulgação dos editais de fomento, para investimento básico na realização de projetos de conservação nas bibliotecas, arquivos e museus. Além disso, a contratação de conservadores-restauradores nesses programas torna-se indispensável para a preservação desses acervos que precisam ser acessados pelo público em função da variedade de assuntos e dos motivos que fazem deles objetos raros. Indo além da obtenção de recursos, esses espaços de memória também precisam, dentro do orçamento disponível, arranjar soluções adequadas de salvaguarda, evitando assim gastos desnecessários e ações repetitivas dentro das atividades de conservação.



## Referências Bibliográficas

**ALMEIDA, Thaís Helena.** Os antecedentes para a implantação do Laboratório de Restauração. In: *Conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional: de 1880 a 1980*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, p. 243-263, 2021. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/conservadores-restauradores-cientistas-preservacao-acervo>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS (ABRACOR).** Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*. Rio de Janeiro, n. 1, 2010.

**ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE PORTUGAL (ARP).** Terminologia para a definição da conservação-restauro do patrimônio cultural material. *Conservar Património*. Portugal, n. 6, p. 55-56, 2007. Disponível em: <<https://conservarpatrimonio.pt/issue/view/1261/216>>. Acesso em: 26 set. 2022.

**BRANDI, Cesare.** *Teoria da Restauração*. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Ed. Ateliê Editoria, 2000.

**BRASIL,** Presidência da República. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet). Brasília, 1991. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_8.313\\_de\\_23\\_de\\_dezembro\\_de\\_1991.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_8.313_de_23_de_dezembro_de_1991.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2021.

**CASSARES, Norma Cianflone.** Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas. *Projeto Como Fazer*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, n. 5, 2000. Disponível em: <[https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf5.pdf](https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2020.

**COLÉGIO PEDRO II (CPII).** Origem do Centro de Documentação e Memória. *Colégio Pedro II – Campus Centro*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.cp2centro.net/origem-do-centro-de-documentacao-e-memoria/>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

**DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS (DICIO).** Raro. *Dicio, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/raro/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Salvuardar.** *Dicio, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/salvuardar/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

**EDUCALINGO.** *Bibliologia*. 2022. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/bibliologia>>. Acesso em: 26 set. 2022.

**FELIX, Márcio; WERNECK, Jane Margaret Costa de Frontin.** *Insetos bibliófagos: identificação, prevenção e controle*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/IOC, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/24582/Cartilha%20Insetos%20Bibliofagos.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 set. 2022.

**FÓRUM PERMANENTE.** *Vitae. Rede*. São Paulo, 2021. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/rede/vitae/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

**FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz.** *Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios. Tópicos em Conservação Preventiva 3*. Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008.

**GUIMARÃES, Lygia.** Conservação e Restauração de Documentos em Suporte de Papel. In: *Conservação de Acervos*. (MAST Colloquia, Vol. 9). Rio de Janeiro: MAST, p. 47-53, 2007. Disponível em: <[http://site.mast.br/hotsite\\_mast\\_colloquia/pdf/mast\\_colloquia\\_9.pdf](http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_9.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (**MAST**). Segurança do Acervo. In: *Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus*. Rio de Janeiro: MAST, p. 45-62, 2006. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/livro-politica-de-seguranca.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

**RODRIGUES, Márcia Carvalho.** Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, 2006. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1158>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP (**SBU**). Padrões de obras raras e coleções especiais: seleção, processamento técnico, acesso e preservação. *Coleções Especiais e Obras Raras*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/sbu/wp-content/uploads/2021/04/Padroes-obras-raras-e-colecoes-especiais.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

**SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz.** *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg\\_plano\\_risco\\_por/drg\\_plano\\_risco\\_por.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2019.

**TECHTUDO.** *O que é um aspirador de pó com filtro HEPA? Vale a pena?*. 2022. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/05/o-que-e-um-aspirador-de-pó-com-filtro-hepa-vale-a-pena.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (**UFRJ**). Histórico. *Biblioteca José de Alencar / Biblioteca da Faculdade de Letras UFRJ*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://letras.biblioteca.ufrj.br/sobre-a-biblioteca/historico/>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

**VIÑAS, Salvador Muñoz.** Identidad y fundamentos de la Restauración. In: *Teoría contemporánea de la restauración*. Ed. Síntesis. Espanha, p. 17-81, 2003.

**YAMACHITA, Marina Mayumi; WATANABE, Edna Tiemi Yokoti; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo; SILVA, José Francisco da.** Desinfestação por atmosfera anóxica: método utilizado pela Biblioteca do Conjunto das Químicas/USP. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Campinas (SP), v. 11, n. 1, p. 155-163, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1657/pdf>>. Acesso em: 26 set. 2022.

**ZÚÑIGA, Solange.** Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação. *Cadernos do CEOM – Arquivo: pesquisa, acervo, comunicação*. Chapecó: Argos, v. 18, n. 22, p. 231-256, 2005. Acesso em: 28 mai. 2021.